

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **VESPASIANO**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Obs.: Relatório sem revisão ortográfica e gramatical

I - Apresentação

Em 17/5/2010, realizou-se na Câmara Municipal de Vespasiano a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. A reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 3ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp.

Participaram da reunião os Deputados João Leite, que a presidiu, Maria Tereza Lara e Rômulo Veneroso. Também compuseram a mesa as seguintes autoridades: Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior, Comandante da 3ª Região de Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Elcides José Batista Guimarães, Delegado Chefe do Departamento de Polícia Civil de Vespasiano, representando o Chefe de Polícia Civil; Daniel de Oliveira, Promotor de Justiça da Comarca de Vespasiano, representando o Procurador-Geral de Justiça; Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano; Ten.-Cel. Cláudia Araújo Romualdo, Comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar; Maria Heloísa Vieira, Assessora da Gerência Regional de Saúde em Vespasiano; e Ana Glaura, Delegada Regional de Vespasiano.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições

A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão, que realizou breve exposição sobre o histórico e a finalidade do evento.

Em seguida, falou a Presidente da Câmara local, que reconheceu a importância da reunião, colocando o Legislativo municipal à disposição da Assembleia Legislativa e defendendo a participação efetiva de todos na mesma.

O Cel. Aryone Almeida Jr., comandante da 3ª RPM, salientou as peculiaridades da região, que conta com Municípios muito heterogêneos e em franco processo de crescimento. O militar apresentou dados referentes à segurança pública na região, entre os quais a queda de 5,11% na criminalidade violenta, entre 2008 e 2009. Relativamente ao primeiro quadrimestre de 2010, a comparação com o mesmo período de 2009 revela queda de 4,04%. Houve, ainda, decréscimo de 2,58% na taxa de homicídios, com aumento significativo, todavia, na região de Ouro Preto, da ordem de 77%. Há algum desvio nos dados por causa da classificação do crime de estupro, cuja tipificação foi alterada na lei penal, com ampliação dos casos por ela abrangidos. O comandante

informa, ainda, que a estrutura administrativa das unidades da PMMG na região sofreu algumas modificações, e foi redimensionada para melhor atendimento à demanda, inclusive com redução de 16% no quadro de pessoal, o que constitui um problema que somente será solucionado com a admissão de novos concursados. Ele citou a importância da prevenção criminal na região, incluindo iniciativas como as redes de vizinhos protegidos, campanhas educativas, base comunitária móvel, e projetos envolvendo os jovens como o Jovens Construindo a Cidadania, o Proerd, e o Grupo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Risco – Geacar –. Assinalou, também, a necessidade de criação de patrulhas rurais e de ampliação das companhias de tático móvel, bem como destacou o significativo contingente de presos existente na Risp, sob responsabilidade da Suapi, que tem atuado em conjunto com as polícias. Defendeu, enfim, uma ação coordenada dos órgãos de defesa social com o Poder Judiciário e o Ministério Público.

O Delegado Elcides Guimarães apresentou dados sobre a organização da Risp, que é composta por 22 Municípios e 31 Aisps. Informou que há Delegados de Polícia em todas as comarcas da região, assim como abordou, detalhadamente, a estrutura do 3º Departamento de Polícia Civil e de cada uma das delegacias regionais que o compõem. Segundo o Delegado, os indicadores de criminalidade na região têm melhorado nos últimos anos, embora existam problemas pontuais, especialmente nas delegacias de Sabará, Nova Lima e Ouro preto, nas quais ainda não há delegacias de plantão. Ele afirmou que há carência de pessoal, com alguns Municípios sem Delegados e escrivães, embora no último concurso público tenham sido designados 48 novos servidores para a região, os quais foram distribuídos com observância de critérios de população e índices de criminalidade. Citou, porém, que os dados relativos ao primeiro quadrimestre de 2010 são bastante favoráveis, com redução de 37% na taxa de homicídios e 26% na de tentativas de homicídio. Corroborando a observação feita pelo Cel. Aryone, lembrou que houve aumento apenas nos casos de estupro, devido a mudança na tipificação penal. Entre as principais inovações implementadas, foram mencionados os núcleos de mediação de conflitos, em funcionamento em Vespasiano e Santa Luzia, que trabalham como ocorrências de crimes de pequeno potencial ofensivo, e que devem ser implantados em toda a Risp.

O Promotor Daniel de Oliveira se manifestou traçando um painel dos principais problemas enfrentados pelo sistema de justiça criminal na região, especialmente na comarca de Vespasiano. O “parquet” ressaltou a falta de estrutura das polícias, do Ministério Público, do Judiciário e da Defensoria Pública como um obstáculo à realização da segurança da sociedade. Evidenciou dados acerca desse problema, entre os quais a existência de 1800 processos conclusos na Vara Criminal de Vespasiano, e apesar da realização de audiências diárias, das 13:30 às 18:00, “a pauta caminha para 2013”. Ele constata o excesso de trabalho naquela Vara, que é insuficiente para a demanda atendida, recordando que a situação tende a se agravar, porque a juíza titular se afastará em breve, no gozo de licença-maternidade, sem que haja a perspectiva da designação de um juiz para substituí-la. Lembra, ademais, que mesmo problema é

sentido no Ministério Público e na Defensoria Pública, esta sem qualquer defensor na comarca, aquele, com o pedido negado pela Corregedoria do MP de envio de um promotor cooperador. Nesse contexto, acentua-se a morosidade da justiça criminal, com processos se avolumando nas Varas criminal e da infância e juventude, além de júris que somente são realizados entre 3 a 5 anos após a ocorrência do crime, muitas vezes sem testemunhas, vítimas de ameaças dos réus. Além disso, presos provisórios de alta periculosidade são soltos por excesso de prazo, inclusive porque a simples designação de um advogado dativo, na falta do Defensor Público, tem sido um processo demorado.

Para o promotor, o principal problema na região é o tráfico de entorpecentes e a criminalidade a ele associada, como o homicídio, o furto e o roubo. Ele lembrou que, embora a taxa de criminalidade esteja a melhorar na região, há uma cifra negra, composta por ocorrências que escapam ao controle estatal, algumas das quais são mencionadas informalmente, mas, por medo, não são formalizadas. Citou, ainda, o papel da sociedade na defesa social, assinalando, como exemplo, sua presença nos conselhos de políticas públicas, a qual ainda deixa a desejar. Defendeu a realização de políticas sociais para a prevenção da criminalidade e recuperação da pessoa apenada, especialmente nos casos vinculados às drogas. Apresentou, como demandas emergentes na comarca, a necessidade de se assegurar um juiz em substituição à juíza que se licenciará, de se instalar mais uma vara para atendimento ao elevado volume de processos, de se garantir assistência judiciária prestada pela Defensoria Pública, e de se adotar uma estratégia cuidadosa para as saídas temporárias de presos, especialmente em épocas de festas e eventos, nas quais é necessário um trabalho articulado entre Ministério Público, polícias, Judiciário e Comissão Técnica de Classificação, para acompanhamento da medida. O promotor defendeu, enfim, a necessidade de uma mudança de postura por parte dos agentes estatais, na questão da defesa social, salientando a importância dos mecanismos não judicializados de solução de conflitos. Em sua perspectiva, o mau funcionamento da segurança pública e da justiça criminal acarretam uma sociedade descrente na ação estatal.

A Ten.-Cel. Cláudia Araújo defendeu a necessidade de ação integrada entre os órgãos de segurança pública e a sociedade, que pode participar através dos Conseps e das associações de bairro. Enfatizou que as diversas etapas da ação estatal, realizadas pela Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário e sistema prisional, devem estar integradas, importando tanto a prevenção e a repressão quanto a reinserção social do infrator. Recordou, também, a questão social, na qual se inserem famílias vulnerabilizadas e escolas impotentes ante sua missão institucional, fatos indissociáveis da segurança pública e que devem ser objeto dessa integração. Segundo a policial, o índice de criminalidade na região do 36º BPM está em queda, com a série histórica apresentando uma reversão, atingindo níveis encontrados antes de 2007. Entre as estratégias de trabalho desenvolvidas, foi mencionada a ação sobre alvos monitorados, que permite o acompanhamento de pessoas reincidentes em crimes, com o objetivo de evitar novas

situações de violência e criminalidade. Ela destacou, além disso, o investimento que vem sendo feito na melhoria da qualificação dos policiais militares e da responsabilização a que esses servidores estão sujeitos.

A delegada Ana Glaura apresentou dados sobre a Aisp 68, cuja instalação física estava em fase de conclusão. Ressaltando a importância da integração entre as polícias, com apresentações periódicas na Igesp, citou algumas das principais atividades desenvolvidas na unidade, como a mediação de conflitos, a operação presença, o monitoramento de alvos, o trabalho com informações, além do investimento em qualificação dos servidores, mediante cursos oferecidos pela Academia de Polícia.

II.2) Discussão

Ronaldo Silvestre, presidente do Consep da região de Santa Clara, abordou a necessidade de restaurar a Defensoria Pública em Vespasiano, assim como tratou da atuação dos 3 Conseps existentes na cidade, enfatizando a importância das reuniões desses conselhos com as polícias. Reivindicou mais apoio estatal para a organização e funcionamento dos Conseps e para a criação dessas entidades em todos os municípios da Risp. Solicitou, ainda, a criação de mais varas especializadas e delegacias especializadas na comarca, além do retorno da delegacia da mulher em Vespasiano.

Elias Magalhães, presidente do Consep de Sabará, discorreu sobre o papel do Consep, como elo de ligação entre sociedade e órgãos estatais, e realçou o trabalho integrado do conselho com as polícias e com a prefeitura municipal de Sabará. Destacou, também, a importância das políticas de atenção à criança e ao jovem, e a necessidade de fortalecer as polícias civil e militar e o Ministério Público. Defendeu a criação de uma delegacia especializada no atendimento ao jovem e a implantação de um centro de internação para o adolescente que praticar ato infracional. Segundo ele, a questão da segurança pública depende da participação de todos.

A Vereadora Adriana Lara, do Município de Vespasiano, afirmou que a questão da segurança pública é um elemento importante no plano metropolitano de desenvolvimento integrado, que está sendo elaborado. Para a parlamentar, segurança pública não é só questão policial, mas política dotada de abrangência maior, a envolver sociedade e todos os Poderes do Estado. Ela destacou que segurança depende de políticas sociais, e chamou a atenção para os problemas recente vividos pela região, decorrentes de mudanças em seu perfil demográfico, devido, por exemplo, à construção do centro administrativo. Discutiu, ainda, problemas de funcionamento dos conselhos municipais de políticas públicas, a ausência da Defensoria Pública em Vespasiano e a relação entre Estado e Município na defesa social, na qual se destaca a assunção de despesas dos órgãos estaduais de segurança pública pelos Municípios.

Gilmar Ávila, do Movimento Pró-Deficiente, cobrou medidas efetivas para resolver o

problema da segurança pública em Vespasiano. Cyro Wander, relatou os bons serviços prestados pelas polícias e pelo Ministério Público, e defendeu medidas para melhorar a estrutura do Centro de Referência de Penas Alternativas da comarca e a revisão da lei trabalhista, para possibilitar o trabalho do adolescente. Marconi Daher, Secretário de Governo de Capim Branco, elogiou o trabalho das polícias e abordou necessidades específicas de Capim Branco.

Júlio César Fernandes, da Associação Espaço Sociocultural de Diadorim, abordou a função da sociedade civil na segurança pública, a necessidade da Defensoria Pública em Vespasiano e de aprimoramento da política de educação. Para ele o grande desafio envolve a relação entre indivíduo e sociedade.

Gesinei Campos, Assessor da Presidência da Câmara Municipal de Vespasiano, também reivindicou a estruturação da Defensoria Pública na comarca, recordando que os advogados dativos não têm motivação para realizar a assistência judiciária porque não recebem honorários. Cuidou, ainda, a necessidade de priorizar a questão preventiva no âmbito da segurança pública, com mais investimentos em políticas sociais.

Ana Maria, do Núcleo de Prevenção à Criminalidade de Vespasiano, reivindicou a instalação da Defensoria Pública em Vespasiano e apresentou interesse pelas experiências de mediação de conflitos e pela atuação do Gecar. Discutiu, também, a importância da criação de redes específicas de atendimento, defendendo políticas de atenção à mulher e ao jovem infrator, que necessita de acolhida adequada.

O Vereador Ricardo Antunes, do Município de Sabará, explicou que os problemas são semelhantes nos Municípios da Risp, com deficiências na estrutura do Judiciário, da Defensoria Pública e das Polícias. Admitiu, também, a pertinência da questão metropolitana para a política de defesa social na Risp, designando como desafio a elaboração de um planejamento público e de uma repartição orçamentária de responsabilidades para atendimento à política de segurança pública na RMBH.

Edinaldo Soares de Souza, Presidente do PT de Vespasiano, reconheceu que a abordagem policial tem melhorado e vem sendo realizada com qualidade, mas criticou o fato de alguns registros de criminalidade não serem feitos, como boletins de ocorrência que, eventualmente, são negados pelos policiais encarregados de formulá-los.

Maria Sueli, da Associação dos Catadores e Recicladores Senhor Bom Jesus, defendeu a prevenção social e o apoio à criança e ao jovem como prioridade para a defesa social. Destacou, também, o relevante papel das polícias civil e militar.

Gustavo Machado, da Secretaria de Esportes e da Juventude, defendeu a instalação da Defensoria Pública na comarca e uma ação dos órgãos de defesa social focada não só no tráfico, mas no usuário de drogas. Para ele, a prioridade é evitar que o jovem entre no mundo das drogas.

Alda Maria Salvador, do Consep 15 da Aisp 9, afirmou a prioridade da educação para a segurança pública. Defendeu, ainda, que haja uma ligação entre as políticas de segurança, trânsito,

infância e juventude, saúde e educação, por meio de seus órgãos e entidades, e entre o Estado e os Municípios. Lembrou, enfim, da importância do uso do telefone 181, para o combate ao crime via denúncias da comunidade.

Cristiana Diniz, do Conselho Estadual da Mulher, advogou a implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Vespasiano. Recordou o aumento das denúncias de violência contra a mulher, derivado da aplicação da Lei Maria da Penha, e relatou a experiência do Morro Alto, com o trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e de Atenção à Violência Sexual.

O Cel Aryone Almeida esclareceu quanto à importância dada pela polícia ao crime de ameaça, e à atenção dada pelas polícias a esses registros, explicando que, muitas vezes, o crime de ameaça leva ao homicídio e sua repressão previne um crime mais grave. Quanto à cifra negra, ele concorda com as palavras do promotor, mas destaca que há um trabalho para minimizá-la.

Os parlamentares presentes na reunião discutiram a questão da segurança pública na 3ª Risp. O Deputado Rômulo Veneroso teceu considerações gerais sobre o tema, cobrou a participação do Executivo das localidades da Risp na reunião, e reafirmou o compromisso da Comissão com a política estadual de defesa social, esclarecendo sobre os encaminhamentos que seriam realizados.

O Presidente da Comissão abordou a questão geográfica na 3ª Risp, questionando eventuais problemas derivados de sua conformação heterogênea. Questionou, ainda, a criminalidade associada à malha rodoviária da região e o déficit de atendimento da PRF, bem como o número de acidentes ocorridos nessas rodovias. Também a Deputada Maria Tereza Lara indagou sobre as rodovias da região. O Cel. Aryone Almeida esclareceu as competências da PMMG em matéria ambiental e de trânsito, na área da Risp, defendeu um acompanhamento mais sistemático para os problemas do trânsito, e prestou informações gerais sobre o tema.

A Deputada Maria Tereza falou sobre a importância do policiamento de eventos, sobre a necessidade de planejamento das ações de segurança pública, e lembrou que a necessidade de investimentos na prevenção foi constatada na Conferência Nacional de Segurança Pública, ocorrida em 2009. Sobre as deficiências da PRF, afirmou que fará contato com o governo federal, cobrando medidas. A parlamentar elogiou a melhoria na abordagem dos policiais aos jovens, citando o caso de Curvelo, onde há o curso de direitos humanos para esses servidores. A Deputada questionou o papel do Estado e da sociedade no tratamento do dependente químico e o funcionamento do serviço penitenciário na região, que deveria incluir um tratamento humanitário e condições de trabalho para o preso. Na sequência, o Presidente da Comissão adicionou outros questionamentos, relativos ao funcionamento da Aisp Morro Alto, à estrutura do Centro de Penas Alternativas no fórum da comarca, e à possibilidade de estruturação de uma Comovec na região.

O Delegado Elcides Guimarães informou que o Presídio Regional de Vespasiano está funcionando no seu limite máximo, até ultrapassando-o às vezes. Esclareceu, ainda, que o

Presídio de Lagoa Santa faz uma triagem e direciona os detentos para uma unidade da Suapi. Indagado pelo Presidente da Comissão, informou que esses Presídios estão subordinados à Suapi, mas, na região, as cadeias públicas de Jaboticatubas, Itabirito e Mariana ainda são administradas pela Polícia Civil, estando a última em situação problemática. Ele aduziu que não existe local para atendimento a adolescentes infratores em Vespasiano, que são atendidos na unidade de Santa Luzia, e que o mesmo problema ocorre em Nova Lima. Acrescentou que o recolhimento de mulheres é feito pelo Ceresp Centro-Sul, de Belo Horizonte, e esclareceu que a Aisp 68, do Morro Alto, já está instalada, mas que ainda há problemas de logística, como na telefonia. Explicou, também, que, nas unidades subordinadas à Suapi, normalmente existem 50 agentes para cada grupo de 100 presos, contando com toda estrutura de atendimento, inclusive profissionais da saúde. Ele salientou a diferença desse trabalho desenvolvido pela Suapi para o que, antes, era feito pela Polícia Civil, que não possuía qualquer preparo e estrutura para a tarefa.

Um participante¹ lembrou, ainda, que um trabalho mais sistematizado no tratamento da questão das drogas começa a ser realizado, no âmbito das Aisps, mediante Igesps temáticas, envolvendo ampla participação social.

Finalizando, o Presidente sintetizou os principais encaminhamentos da reunião e propôs uma visita da Comissão ao Presidente do Tribunal de Justiça, com a finalidade de reivindicar a designação de um juiz para substituir a Juíza titular da Vara Criminal da comarca de Vespasiano, durante o período em que a mesma ficará em licença-maternidade. Propôs igual procedimento para a estruturação da Defensoria Pública em Vespasiano. Manifestou, ainda, a preocupação dos membros da Comissão com a questão das drogas. Discutiu, enfim, a importância da implantação de sistema informatizado para agilizar os procedimentos da execução penal, tendo como base a experiência desenvolvida por Ministério Público e Poder Judiciário na comarca de Governador Valadares, conforme relatado por comissão especial da ALMG que funcionou em 2009.

II.3) Encaminhamentos aprovados:

a) ofício, ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, solicitando-lhe informação e dados sobre violência, criminalidade e acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias sob responsabilidade do poder público estadual, na área correspondente à 3ª Risp, com sede em Vespasiano;

b) ofício, ao Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, solicitando-lhe informação e dados relativos à violência, criminalidade e acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias sob responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal, na área correspondente à 3ª Risp, sediada em Vespasiano;

c) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social, solicitando-lhe medidas para dotar o

¹ Nome não identificado nas notas taquigráficas.

Centro de Penas Alternativas de Vespasiano de infraestrutura e serviços adequados à sua finalidade, especialmente o fornecimento de alimentação para os usuários;

d) ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, requerendo-lhe a designação de um Juiz substituto para responder pela Vara de Execuções Criminais, da Comarca de Vespasiano, durante o período de licença-maternidade da Juíza titular, neste ano, tendo em vista a grande quantidade de processos que tramitam na citada vara;

e) ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, solicitando-lhe a instalação da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de Vespasiano, conforme previsto na Lei de Organização e Divisão Judiciária, com a finalidade de atender à excessiva demanda existente na única vara de execução criminal da comarca;

f) ofício ao Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais, solicitando-lhe a urgente designação de um Defensor Público para a Comarca de Vespasiano, tendo em vista a inexistência de servidor dessa natureza e a grande demanda por assistência judiciária verificada nessa comarca;

g) ofício ao Secretário de Estado de Saúde, solicitando-lhe informações e dados constantes nos registros do Sistema Único de Saúde, relativos ao uso de drogas ilícitas na área abrangida pela 3ª Risp, com sede em Vespasiano.

h) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social, solicitando-lhe a instalação da Comissão de Monitoramento de Eventos Esportivos e Culturais – Comovec – na 3ª Risp.

i) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social, solicitando-lhe a transferência para a Suapi da gestão das cadeias públicas dos Municípios de Mariana e de Itabirito.

III - Principais Pontos Abordados:

a) na reunião foram evidenciados pontos importantes, a incidir sobre o perfil da criminalidade na região, problemas estruturais dos órgãos de defesa social, especificidades regionais, e desempenho da política estadual de defesa social.

b) entre os dados de criminalidade apresentados, verificou-se a relevância do tráfico de drogas e de outros crimes a ele associados, especialmente furtos e roubos. Os homicídios aparecem, também, como elemento importante nas posições externadas na reunião. Segundo informações colhidas no evento, as taxas de criminalidade na região têm diminuído nos últimos três anos, com exceção do crime de estupro, cuja oscilação reflete não um comportamento social alterado, mas recente mudança na tipificação penal.

c) foram registradas melhorias nos órgãos de defesa social nos últimos anos, entre as quais a integração das polícias e a ação coordenada dos vários órgãos da justiça criminal. Também foram apresentados ações e projetos desenvolvidos pelos órgãos de segurança pública,

como o monitoramento de alvos, as redes de vizinhos protegidos, as campanhas educativas, a base comunitária móvel, o Jovens Construindo a Cidadania, o Proerd, e o Geacar.

d) entre os problemas elencados, destacaram-se os relativos à gestão do sistema prisional, à ausência de infraestrutura nos órgãos públicos do setor, o déficit de atendimento da Polícia Rodoviária federal e da Defensoria Pública e as limitações operacionais do Ministério Público e do Poder Judiciário. Medidas para aperfeiçoar o controle de eventos e para assegurar segurança nas rodovias da região foram citadas como fundamentais.

e) a complexidade da questão metropolitana, a envolver a política de defesa social na região, também foi um item destacado na região, assim como a relação da segurança pública com as peculiaridades decorrentes de mudanças demográficas recentes e de especificidades da composição sócio-econômica regional.

f) houve consenso quanto à necessidade de participação da sociedade na política pública de segurança, assim como de se trabalhar a prevenção da violência e da criminalidade por meio de políticas sociais, principalmente as dirigidas ao jovem.